

MATRIZ DE PLANO DE AÇÃO PRELIMINAR – Grupos de Trabalho

GT 4: Eixo Estruturante “Política Pública de Alimentação Escolar”

OBJETIVO: Avaliar os problemas e soluções apresentados pelo TCM/PA no relatório consolidado do “Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios do Estado do Pará - Marajó”

MEMBROS DO GT: Kelly Cristina, Andrea Veiga, Jucilene Magalhães, Ivanira Dias, Marília Tavares. Cláudia Alaine, Elen Moraes, Dirson Neto, Sérgio Bacury, Nice Pureza, Alessandra Gotti, Ismar Cruz, Arthur Balbani.

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS: Informar quais estratégias e fontes de pesquisa foram utilizadas pelo Grupo no desenvolvimento de seu trabalho, por exemplo, “debates entre os integrantes no grupo”, “consulta a especialistas” (especificar), “leitura de estudos ou publicações” (especificar), “consulta a sites” (especificar), etc.

ORIENTAÇÕES:

- 1) em “AVALIAÇÃO”, classificar como M (manter), A (alterar) e I (incluir) os problemas e soluções, apresentando as novas redações caso proponham alterar a redação constante do relatório (A) ou incluir novos problemas e soluções (I)
- 2) em “PRIORIDADE”, classificar as soluções, de acordo com a percepção do grupo sobre a urgência e viabilidade de adoção em 0 (imediato), 1 (curto prazo – em até 6 meses), 2 (médio prazo – em até 2 anos) e 3 (longo prazo – acima de 2 anos)

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES		
DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	PRIORIDADE
Em 16 (94%) municípios do Marajó ocorre a elaboração de um cardápio de baixo valor nutricional para a zona rural, com priorização na oferta de produtos industrializados e processados. No geral, o cardápio elaborado não respeita as faixas etárias, perfil epidemiológico da população atendida e os hábitos alimentares da localidade	Manter	<p>Elaborar um cardápio que priorize alimentos nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável</p> <p>Fortalecer a agricultura familiar para atendimento das demandas de preparações que atendam a zona rural</p> <p>Realizar teste de aceitabilidade do cardápio junto aos alunos, sempre que introduzir alimento novo</p> <p>Reforçar nas unidades escolares a obrigatoriedade de divulgação dos cardápios</p> <p>Pleitear junto ao FNDE a ampliação de entendimentos sobre mecanismos legais que possibilitem o enfrentamento dos desafios relacionados à baixa qualidade nutricional e inadequação do cardápio à cultura local, que exclui alimentos dos itens fornecidos para as escolas que atendem famílias ribeirinhas, como, por exemplo, o açaí, o peixe e o camarão regional, que inclusive são solicitados pelos próprios alunos marajoaras</p>	Manter	2

MATRIZ DE PLANO DE AÇÃO PRELIMINAR – Grupos de Trabalho

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES		
DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	PRIORIDADE
<p>Nos 17 (100%) municípios do Marajó os recursos financeiros disponíveis são insuficientes para aquisição de gêneros alimentícios que assegurem o cumprimento dos 22 (vinte e dois) dias de fornecimento de alimentação escolar</p> <p>A aquisição de produtos da agricultura familiar está abaixo do percentual de 30% obrigatório, conforme legislação em vigor</p>	Manter	<p>Pleitear junto ao FNDE a ampliação de entendimento sobre mecanismos legais que possibilitem a aquisição de gêneros para a alimentação escolar, a exemplo do ocorrido no estado do Amazonas, em 2017, que dispensou o registro sanitário para proteínas e processados vegetais da produção dos povos indígenas destinada ao seu consumo, e estendeu sua aplicação para todos os povos e comunidades tradicionais do Brasil, quais sejam, quilombolas, indígenas, extrativistas, e também ribeirinhos, condição predominante dos estudantes marajoaras</p> <p>Fomentar discussão e pleitear junto ao FNDE o aumento do valor <i>per capita</i>/aluno/dia letivo diferenciado, assegurando ao estudante ribeirinho tratamento similar ao quilombola, indígena, extrativista, entre outros, que formam as comunidades tradicionais do Brasil, uma vez que os custos com a distribuição para as escolas rurais no Marajó são superiores ao valor da própria alimentação escolar, decorrentes das particularidades geográficas da região – distanciamento, isolamento e dificuldade de acesso</p> <p>Desenvolver ações junto a diversas entidades, no sentido de incentivar os agricultores familiares locais a produzir e fornecer gêneros destinados à alimentação escolar</p>	Manter	2
<p>Em 16 (94%) municípios do Marajó há ausência de controle efetivo das SEMEDs no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios por parte dos fornecedores, e no cronograma de distribuição para as escolas</p> <p>Em alguns municípios a distribuição dos gêneros alimentícios é feita diretamente ao diretor da escola, na sede da SEMED</p>	Manter	<p>Manter controle efetivo no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios dos fornecedores para a SEMED e de distribuição para as escolas</p>	Manter	2
<p>Nos 17 (100%) municípios do Marajó há inadequação do espaço destinado ao armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, e insuficiência e inadequação de mobiliários e equipamentos necessários às adequadas condições de armazenagem e controle dos estoques</p> <p>Nas escolas, o depósito da alimentação escolar geralmente não dispõe de condições adequadas de estocagem e conservação dos alimentos</p> <p>As escolas não apresentam nenhum mecanismo de controle dos gêneros alimentícios nelas armazenados e do prazo de validade dos gêneros alimentícios</p>	Manter	<p>Adequar o local existente para armazenamento apropriado da alimentação escolar, bem como mobiliários e equipamentos, tanto na SEMED quanto nas escolas</p> <p>Adotar, nas escolas, fichas de controle de estoque dos gêneros alimentícios recebidos, com observância dos prazos de validade</p>	Manter	2

MATRIZ DE PLANO DE AÇÃO PRELIMINAR – Grupos de Trabalho

PROBLEMAS IDENTIFICADOS		SOLUÇÕES		
DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO	PRIORIDADE
<p>Nos 17 (100%) municípios do Marajó é reduzido o número de nutricionistas para acompanhar o programa em todas as unidades escolares da rede municipal</p> <p>A ausência de equipamentos e utensílios de cozinha prejudica o desempenho adequado dos manipuladores no armazenamento, preparo e distribuição da alimentação escolar</p> <p>A carência de manipuladores de alimentos em escolas sobrecarrega, e por vezes inviabiliza a atividade de preparo da alimentação escolar</p>	Manter	<p>Ampliar o quadro de nutricionistas, conforme parâmetro estabelecido no art. 10 da Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionista</p> <p>Dotar as escolas de equipamentos e utensílios de cozinha necessários</p> <p>Suprir a carência de manipuladores de alimentos em escolas da rede municipal de ensino</p>	Manter	2